

REDESENHANDO A UFRJ: DEMOCRACIA, AUTONOMIA E DIVERSIDADE

Programa de trabalho

Apresentação

Nosso país está em franco processo de reconstrução, após anos de duros ataques à sociedade, à democracia e à universidade. Em nossa visão, para contribuir devidamente com este processo, a UFRJ precisa redesenhar estruturas, práticas e dinâmicas internas. Nosso esforço será na construção coletiva de um projeto para a UFRJ que nos mobilize e nos faça avançar. Um rumo em que a participação de toda a comunidade se revigore e se alastre, não só com o fortalecimento das discussões e das decisões colegiadas, mas também com o estímulo ao aumento da participação de todo o corpo social nas ações do cotidiano da UFRJ. Nenhuma tecnocracia, com seu consequente distanciamento da realidade viva e dinâmica da instituição, pode ser superior a isso.

Defendemos um olhar generoso para os projetos futuros e a perspectiva de uma universidade que dialogue com o tempo presente, leia a sua nova realidade e, como um espaço de busca de soluções e caminhos, possa ela mesma ser o lócus dessas transformações. Devemos apontar a recuperação e a necessária radicalização da democracia interna da UFRJ, em seus vários níveis, articulada com a defesa da democracia, hoje ameaçada, na sociedade. Temos de ser capazes de propor novas combinações e ordenações, que nos permitam inovar na nossa forma de autogoverno.

Neste programa, buscou-se, através de uma produção coletiva, incorporar a pluralidade de segmentos e grupos da Universidade. Diversos temas balizam nosso projeto, entre eles, alguns considerados fundamentais.

Construir uma universidade que não se dobre à lógica privatista e empresarial de financiamento. Uma universidade que seja acessível. Uma universidade que trabalhe para a superação das desigualdades sociais e também das desigualdades em seu interior. Uma universidade que reconheça todo seu corpo social de forma igualitária, e possa ser reconhecida por ele. Uma universidade que acolhe e cuida, e que precisa ser melhor cuidada em várias dimensões. Uma universidade que se empenhe em políticas de incorporação de grupos vulneráveis à graduação e à pós-graduação, de maneira a garantir permanência qualitativa e participativa. Uma universidade que

combata de forma efetiva casos de racismo, machismo, LGBTQIAP+fobia, capacitismo, etarismo e qualquer forma de assédio, opressão e preconceito. Uma universidade atenta e com a compreensão do seu papel no campo da ciência, da tecnologia, da cultura, da produção de conhecimento e da troca entre os variados saberes existentes, com inovação nos diversos campos, respeitando o meio ambiente e possibilitando o desenvolvimento humano. Uma universidade que articule organicamente seus campi, superando todas as formas de fragmentação e desigualdades. Uma universidade que entenda seu tripé ensino, extensão e pesquisa com a profundidade e o equilíbrio necessário entre essas bases.

Uma universidade que precisa recuperar seu espaço de protagonismo no sistema federal universitário, sendo lócus de experimentações progressistas, mas também de liderança, organização e mobilização. Não se pode lidar com as questões relativas à universidade simplesmente com apelos de mídia, isolados e distanciados de outras possibilidades de articulação dentro do sistema universitário, em detrimento da articulação e mobilização do corpo social em apoio às políticas de interesse da universidade pública.

Todo o processo acima exposto deverá levar necessariamente a **uma ruptura de paradigma no interior da nossa universidade.**

Diante do exposto, a chapa **Redesenhando a UFRJ: democracia, autonomia e diversidade** surge da necessidade candente do diálogo, da democracia inclusiva e participativa, da capacidade generosa e fraterna de ouvir o outro, de conhecer nossas diferenças e de saber que a forma de tratá-las não faz do interlocutor o “inimigo” a ser derrotado. Da importância de observar e compreender a diversidade e a complexidade de uma instituição com a história e as dimensões da UFRJ. Do desejo de estruturar as relações entre as diferentes categorias de nossa comunidade, sem falsas hierarquias e subordinações e na perspectiva democrática, igualitária e justa.

Com a certeza do nosso papel histórico e do nosso compromisso institucional, na construção das políticas que o país espera e necessita:

Vamos Redesenhar a UFRJ!

O cenário nacional, a Universidade Brasileira e as perspectivas para a UFRJ

Desde 2016, com o golpe contra a presidenta Dilma e após um longo período de recuperação de seus espaços como pilar central da ordem social e política, a democracia vem sendo alvo de duros ataques em nosso país, acompanhando o processo global de avanço das forças de extrema direita e seus projetos de regimes autocráticos, calcados em discurso centrados, entre outros, na intolerância religiosa, na xenofobia, no machismo, no racismo, na LGBTQIAP+fobia, num falso moralismo e, também, num duro ataque às conquistas sociais, econômicas e culturais das camadas mais pobres da população, como a reforma trabalhista e a reforma da previdência, baseadas numa profunda desregulamentação e precarização das relações de trabalho.

Por outro lado, se manifesta na lógica predatória e nos ataques ao meio ambiente, aos povos originários, às comunidades quilombolas e das favelas, na escalada dos desastres ambientais, apontando para um pseudodesenvolvimento destruidor, privatista e excludente.

O projeto ultraliberal contemporâneo, que associa liberalismo na economia, conservadorismo na vida social e autoritarismo na política, tem como resultado o ataque a amplas camadas da população brasileira, à sustentabilidade, à vida e ao futuro harmonioso entre os povos.

Temos aí concepções que estão centradas não apenas em ideias extremamente excludentes em termos de vida social, formação de nação, participação na riqueza social e nas formas de debates e definições dos destinos do país. As formas de exclusão têm também um elemento que transforma opiniões diferentes em inimigos que precisam ser excluídos e até eliminados. A diversidade de possibilidades e visões no debate é reduzida ao pensamento único, que sequer esconde sua aversão ao dissenso, à controvérsia, ao contraditório. A prática democrática de diálogo, busca de construção incessante de consenso, processos inclusivos, são substituídos por dinâmicas autoritárias, pouco dialógicas e nada inclusivas.

A universidade, após anos de destruição desde 2016, nos quais foi um dos alvos prioritários de ataque, forças sociais progressistas assumem eleitoralmente mais uma vez a direção do país e abre-se um contexto de reconstrução nacional. A Universidade Brasileira, e a UFRJ em particular, têm papel fundamental na sociedade no sentido da produção e na circulação de diversas formas de conhecimento.

A universidade precisa ser parte neste processo, em diversas dimensões, seja no sentido da reconstrução do lugar da ciência, da cultura e do conhecimento na sociedade, na reconstrução dos projetos de desenvolvimento econômico com base na justiça e inclusão social, bem como na sustentabilidade. Precisa assumir o seu lugar e o seu papel neste novo cenário do país.

Mas, precisa, também, redesenhar suas práticas internas de gestão de coisas e pessoas.

Contudo, não há como a universidade participar de forma plena do processo de reconstrução do país e da democracia, se são mantidas práticas excludentes e autoritárias. É um contrassenso participar deste processo, que nos convoca a todos/as/es defendendo a democracia na sociedade, quando intramuros, a universidade segue pautada por relações não dialógicas, onde o que apenas importa é passar projetos de grupos, construídos entre alguns, pouco ou nada permeáveis à participação e construção coletiva da comunidade universitária, como se ali houvesse o pronto e acabado, o perfeito, o melhor, e qualquer divergência sobre o mesmo se torna inimiga a ser excluída e eliminada.

A UFRJ nos últimos 4 anos: um balanço crítico

O momento de eleição para a reitoria é o momento de apresentação de projetos que, escolhidos, estarão à frente da gestão da universidade pelos próximos 4 (quatro) anos. O balanço crítico que se faz da gestão que termina nos fornece inúmeros exemplos de que, diante do processo de reconstrução do país e da democracia, que vem nos convocando como tarefa imediata, a UFRJ precisa ser redesenhada no sentido dos paradigmas seguidos neste período. Alguns episódios, entre tantos outros, deixam isso bastante explícito.

Um dos primeiros, inclusive como marco de abertura da gestão, foi o episódio que culminou com a intervenção na Direção da **Universidade da Cidadania** (UC). A UC, órgão suplementar do Fórum de Ciência e Cultura (FCC), surge na UFRJ como espaço de interlocução e de ações conjuntas com os movimentos sociais. Apesar de ter se estruturado e estabelecido uma Direção, resultado do processo de organização de seus espaços institucionais, a partir de construção e votação de seu regimento, a UC sofreu de imediato uma intervenção na sua Direção, legitimamente constituída através de eleição, pelo fato desta reitoria considerar que este órgão suplementar tinha subordinação hierárquica direta à Administração. E o mais surpreendente, para efetivar sua intervenção e dar ares de legalidade, utilizou-se do expediente previsto no Decreto nº 9.725/2019, do então governo federal, que significou, na prática, um ataque à autonomia universitária, já que o referido Decreto

cortou, de cima para baixo e sem nenhum diálogo com os diferentes órgãos da Administração Pública Federal, funções administrativas de milhares de servidores, que ocupavam essas funções de confiança na estrutura da Administração Pública. Este danoso decreto foi repellido pelas Universidades de todo o país, que chegaram, inclusive, a questionar sua legalidade. Por fim, o Decreto foi sustado através do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 55/19 de iniciativa do Congresso Nacional, mas a intervenção na UC foi efetivada, tendo o projeto de maior participação dos movimentos sociais que havia sido garantido em regimento votado, sendo adulterado para outro, de caráter mais fechado, de pouco papel decisório para os movimentos sociais.

Na mesma lógica do ocorrido na UC, a reitoria, sem qualquer consulta ou diálogo, destituiu um dos membros da **Comissão de Memória e Verdade** da UFRJ militante histórico da causa dentro e fora da universidade e, em audiência solicitada pelo servidor a reitoria não deu nenhuma justificativa para seu afastamento, ficando claro que se tratava de questão pessoal.

Há também a questão da utilização do código de **trabalho remoto (TR)**, no início da pandemia, quando o governo federal instituiu a Instrução Normativa nº 65, que previa o corte de benefícios pecuniários de trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, abrindo, ainda, a possibilidade para que tal expediente fosse adotado em todos os ambientes de trabalho onde as pessoas não permanecessem em atuação presencial. Graças à intensa mobilização do segmento técnico-administrativo, foi aprovada a Resolução CONSUNI nº 07/2020, que garantiu os direitos previstos relativos a transporte, alimentação e saúde. Contudo, no dia seguinte à aprovação, a reitoria editou portaria com normatização contrária ao aprovado pelo colegiado máximo da UFRJ, gerando controvérsia, insegurança e demandando nova mobilização no intuito de que o entendimento vigente fosse o estabelecido pela Resolução do Conselho Universitário.

No caso da Assistência Estudantil, o entendimento hierárquico de funcionamento da universidade, por parte da gestão, foi explicitado na opção pela não instalação do **Fórum de Políticas Estudantis**, espaço consultivo e paritário, com atribuição de acompanhar, avaliar e sugerir adequações, aperfeiçoamentos e ampliações ao Programa de Assistência Estudantil aprovado em 2019. No mesmo diapasão, a Comissão Mista de Avaliação (COMPA/PR7) foi instituída na lógica da obrigatoriedade de mínimo de 70% (setenta por cento) docente, ainda que tal composição não esteja determinada na Resolução CONSUNI nº 02/2019, que estabelece a Política de Assistência Estudantil da UFRJ e a COMPA como instância recursiva aos processos de concessão de auxílios financeiros a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ao se ter o CONSUNI como instância recursal última, não há ilegalidade em se estabelecer uma instância intermediária

paritária, dando maior voz aos segmentos mais diretamente envolvidos nas questões afeitas à Assistência Estudantil, o discente, público-alvo das ações, e o técnico-administrativo, responsável por gerir tais atos.

Os últimos 4 anos foram duros para aqueles que estiverem em **posições de direção e gestão**. Neste particular, um dos episódios de destaque ocorreu na pandemia, quando fomos compelidos a adotar mudanças nas formas de trabalho e organização, para preservar e defender a vida e que apesar da contribuição do Conselho Universitário, através da Resolução nº 07/2022 e da Lei nº 13.979/2020 do Congresso Nacional, constatamos a forma com a reitoria encaminhou as questões relacionadas ao registro da frequência dos servidores docentes e técnicos administrativos, adotando procedimentos intimidatórios junto a decanias e unidades, o que levou a perdas de remuneração e de benefícios por muitos.

Quem esteve em postos de gestão e direção nos últimos anos, há de recordar episódios como esse, quando nas decisões desagradáveis – o ônus da função – a responsabilidade foi “terceirizada” e descentralizada e, quando as situações eram favoráveis – o bônus – o forte apego à mídia e na divulgação para os atos relacionados com a administração central.

Entendemos que somos uma única Instituição, diversa, complexa, de grandes dimensões, mas que deve ter na Administração Central a referência do apoio administrativo e legal, da estrutura que está disponível indiscriminadamente. No compromisso em quaisquer situações – sejam elas de bônus ou de ônus.

Outro ponto de fundamental importância para a vida universitária foi tratado a rolo compressor: a adesão da UFRJ à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a **EBSERH**. Amparada numa manobra conduzida por aliados e agentes da EBSERH na UFRJ, a proposta de adesão ao modelo de gestão externa à Universidade foi aprovada no Conselho de Centro do CCS e levada ao Conselho Universitário (CONSUNI). Sem realizar NENHUMA reunião com o corpo profissional das Unidades Hospitalares, conduziu um processo açodado e autoritário, através de uma sessão remota do Conselho Universitário, utilizando-se, inclusive, de um atropelo ao regimento do CONSUNI, com a cassação das inscrições de Conselheiros contrários a proposta, aprovando a abertura de negociações para a assinatura do contrato de gestão com a Empresa, sendo que esta nunca se manifestou sobre o que propunha para a UFRJ e, ao fim e ao cabo, retirou-se da mesa de negociações, quando constatou os compromissos que deveria assumir, na reposição de pessoal

qualificado e na disponibilidade de recursos orçamentários, para atender as demandas de assistência e da formação acadêmica dos alunos dos nossos Hospitais Universitários.

Ao final de 2022, em mais um processo conduzido de forma autoritária, marca da gestão ao longo desses 04 anos, a reitoria da UFRJ aposta na entrega de um terreno do **Campus da Praia Vermelha**, na ordem de 15.000 m², por pelo menos 30 anos, para a construção de uma casa de show. Após articulações junto à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, para alteração da legislação arquitetônica e urbanística e conseguir uma decisão do Conselho de Curadores, onde desafeta a área de seus objetivos finalísticos, ou seja, Ensino, Pesquisa e Extensão, a reitoria “vendeu” a ideia da concessão privada para a construção de um local de espetáculos, onde a UFRJ teria 50 dias, por ano, disponíveis para suas ações de arte e cultura... Desconsiderou e ignorou todos os alertas vindos de sua comunidade, em especial da Praia Vermelha, sobre parte da área desafetada, que é utilizada para ações de Extensão e espaço de convivência entre docentes, estudantes e técnicos administrativos. Apesar de estarmos ao final de 2022, a decisão foi aprovada em tumultuada sessão do Conselho Universitário, já no processo de transição em curso no governo federal, insistindo na realização de um leilão ao final de dezembro, resultado: a licitação como se diz no jargão “deu deserto”, onde nenhum interessado apareceu, o que sugere uma tentativa para que a UFRJ rebaixe suas exigências na concessão. Ainda assim, a reitoria lançou novo edital e o leilão para entrega de parte do campus da Praia Vermelha a um consórcio empresarial, ocorrida no dia 2 de fevereiro de 2023, entrarão para a história da UFRJ como triste capitulação daquela que se orgulha de ser a "maior universidade federal do país...", apontando um resultado vantajoso para quem pretende explorar o terreno e a futura casa de shows. Ressalte-se a perda de espaços de uso acadêmico, como o campinho da Escola de Educação Física e Desportos e a não garantia da construção de nenhuma contrapartida que beneficiasse os cursos de Artes da UFRJ, não tendo sido acolhidas e consideradas as sugestões desses grupos não foram acolhidas e consideradas. A grandiosidade do equipamento gera fortes dúvidas sobre a capacidade real de garantir sua plena ocupação ao longo do ano, além de não terem sido negociadas, em nenhum momento, políticas especiais de acesso da comunidade acadêmica às atividades culturais do espaço, tornando-se um potente espaço de exclusão da comunidade universitária, em especial a discente.

Reconstruir o país e Redesenhar a UFRJ

Agora em 2023 viveremos o processo de sucessão à Reitoria da UFRJ e as mudanças ocorridas na esfera nacional são acompanhadas de expectativas em nossa instituição. Oportunidades sem abrem: Qual o caminho seguir? Na UFRJ a aceitação de determinações vindas do alto, como se nada fosse

possível além da resignação e da naturalização das coisas, com quase nenhuma iniciativa e participação efetiva da comunidade universitária, nos leva a reflexão: será esse o caminho?

Justamente no sentido contrário, pensamos que o período abre a chance para novos arranjos, novas possibilidades, combinando-se diversos aspectos, com a oportunidade para vislumbrarmos projetos futuros que articulem a defesa da democracia e seu sentido maior que é garantir a efetiva cidadania, a igualdade, a diversidade, a capacidade crítica e a autonomia universitária. Defendemos um olhar generoso para os projetos futuros e a perspectiva de uma universidade que dialogue com o tempo presente, leia a sua nova realidade e, como um espaço de busca de soluções e caminhos, possa ela mesma ser o lócus dessas transformações.

Assim, como primeiro ponto, inescapável, devemos apontar a recuperação e a necessária radicalização da democracia interna da UFRJ. Por radical entendemos ir à raiz, isto é, sermos capazes de propor novas combinações e ordenações, que nos permitam inovar na nossa forma de autogoverno.

O processo eleitoral para escolha do novo/a reitor/a é a oportunidade de defendermos a democracia, mas esta deve ser substantivada em signos que espelhem o tempo presente e o momento histórico de nosso país. Isto significa olharmos para as demandas que se apresentam e para os sentidos e significados de nossas escolhas.

Uma universidade atenta e consciente do seu papel no campo da ciência, da tecnologia, da cultura, da produção de conhecimento e da troca entre os variados saberes existentes, respeitando o meio ambiente, defendendo a democracia, mas, sobretudo, visando melhorar as condições de vida de sua população, possibilitando o desenvolvimento humano.

Portanto, estas questões não estão longe de nós, somos parte da sociedade e de nós espera-se o compromisso para a superação dos desafios que estão colocados hoje e na construção de um futuro digno para nosso povo e no desenvolvimento soberano de nosso país. Diante do exposto, o Movimento **Redesenhando a UFRJ** se engaja no processo de reconstrução do país e da democracia, se propondo a ser um espaço de discussão e ação por uma UFRJ autônoma, pública, gratuita e de qualidade, que se oriente para a defesa radical da democracia interna e contra a lógica privatista.

Como espaço de articulação para participação efetiva na universidade, ele tem em sua composição membros dos diversos segmentos de nosso corpo social como discentes, técnico-administrativos, docentes e terceirizadas/os. O **Redesenhando** se organiza e atua de maneira igualitária, pensando os desafios atuais das Universidades do século XXI, pautado, entre outras questões cruciais, na inclusão, acessibilidade e diversidade, pela via da construção coletiva e democrática.

Eixos para a construção de um novo paradigma

No sentido da construção de um novo paradigma de gestão dialógica, pensamos que o período que se abre traz a oportunidade para novos arranjos, novas possibilidades, combinando-se diversos aspectos.

Face aos limites que aqui dispomos, apresentamos a seguir alguns tópicos para a superação do quadro, buscando o aproveitamento da janela de oportunidades que se abriu, sugerindo que olhemos os projetos futuros e a perspectiva de uma universidade que dialogue com o tempo presente, leia a sua nova realidade e, como um espaço de busca de soluções e caminhos, possa ela mesma ser o lócus dessas transformações.

Assim, como primeiro ponto devemos apontar a necessária **radicalização da democracia interna** da UFRJ. Assim, faz-se necessária a reforma do Conselho Universitário, que rompa com certo anacronismo e que seja mais adequado ao quadro atual, admitindo-se, por exemplo, a representação de dirigentes de unidades, tendo como consequência a ampliação da representação de trabalhadores/as técnico-administrativos/as, e estudantes de todos os níveis.

Em que pese a força da lei impor 70% de presença de docentes nos espaços de decisão, não é mais aceitável desconsiderarmos as vozes de estudantes e trabalhadores/as desta instituição. É preciso empoderarmos e reconectarmos a UFRJ aos **segmentos técnico e estudantil**, bem como os/as dirigentes das unidades, visto que são aqueles/as que vivem no chão da nossa instituição, que convivem com as agruras do corte orçamentário, as dificuldades dos prédios, as questões estratégicas das pesquisas, dentre tantas outras questões latentes e inescapáveis, no convívio diário. A categoria dos/as servidores Técnicos/as Administrativos/as em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) desempenha papel essencial na execução das políticas públicas de educação e nas ações de ensino, extensão e pesquisa, além do suporte necessário e imprescindível nas atividades relacionadas à Administração e Serviços.

Em 1987, com a criação do **Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos** (PUCRCE), através da Lei nº 7.596, de 10 de abril daquele ano, revelou-se toda a riqueza, a diversidade e a complexidade dos cargos técnicos administrativos, distribuídos pelos, então, grupos de Nível de Apoio, Nível Médio e de Nível Superior e em mais de 300 funções profissionais compatíveis e adequadas às atividades de uma Instituição como as Universidades Públicas Federais.

Em 2005, com a nova **estruturação de carreira**, criada pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro, instituiu-se um avanço e uma inovação para os Técnicos Administrativos, com a introdução dos princípios de desenvolvimento na carreira, com a Avaliação de Desempenho, a Progressão por Capacitação e o Incentivo à Qualificação.

Estes incentivos ao crescimento profissional, aliados ao período de retomada dos concursos públicos, a partir do primeiro Governo Lula, gerou uma mudança profunda na composição do novo conjunto de servidores das Universidades, com um **corpo técnico administrativo qualificado**, profissionalizado e também renovado, tanto nos cargos como na faixa etária.

O resultado está expresso em inúmeros exemplos do trabalho técnico administrativo nos espaços de gestão da Universidade, alcançando posições na alta hierarquia da administração e no desempenho de funções, pelo seu caráter e pela sua competência, distintas em relação àquelas exercidas pelo corpo docente e, ao mesmo tempo, essenciais e complementares na entrega dos serviços públicos esperados pelo povo brasileiro.

A compreensão do papel desta categoria na realização dos objetivos finalísticos da Instituição nos move para o debate de aprofundamento dos espaços de participação, de representação, de democratização nas **relações de trabalho** e no abandono da falsa ideia de uma subordinação, a priori, dos técnicos administrativos ao corpo docente. Neste sentido, é tarefa da Universidade estimular seus/suas técnico-administrativos/as a se qualificarem cada vez mais, o que aponta no sentido da retomada do Programa de Qualificação Institucional (PQI), descontinuado em 2019, com a promessa de rediscussão e redimensionamento, e nunca retomado.

Uma nova Reitoria, que aponte e que pretenda avançar na gestão da UFRJ, deve expressar seu compromisso com a radicalização dos espaços disponibilizados a técnicos/as administrativos/as, não temer o debate sobre as relações de trabalho, com nenhuma tolerância ou tergiversação sobre a prática do assédio moral. É preciso compreender as particularidades desta categoria! **O fazer técnico administrativo como parte indissociável do fazer universitário.**

A aprovação do **Plano de Gestão e Desempenho** (PGD) na UFRJ abre novo cenário, com novos desafios e preocupações, novas relações de trabalho e possibilidades de se repensar o fazer técnico-administrativo em educação. Dialogar com as unidades e buscar o refinamento da norma na ponta são desafios a serem encarados nos próximos meses, visto que há grande demanda para que o PGD seja adotado nos diversos locais de trabalho.

Outro aspecto a ser tratado, diz respeito aos adicionais de trabalho, em especial, os referentes à **insalubridade**, muitos dos quais, retirados durante o momento mais agudo da pandemia de COVID-19 e sem que uma correta avaliação dos locais e das especificidades funcionais fossem consideradas. Tornar transparente e dialógico este processo de determinação dos ambientes insalubres na UFRJ é pauta imperativa, em especial para aquelas pessoas que tiveram perdas em seus rendimentos.

Para além das questões políticas internas, fazer gestões junto ao governo federal para a **recomposição do quadro** de técnicos/as administrativos/as é fundamental no aspecto de garantir condições adequadas de trabalho, bem como a atualização de grande parte dos equipamentos disponíveis a adequada atividade laboral deste segmento. Para tanto, faz-se necessário e urgente a recomposição do orçamento destinado a investimento, sem o qual se torna virtualmente impossível adquirir novos equipamentos, bem como (re)adequar locais de trabalho pós-pandemia.

No caso de **trabalhadores/as terceirizados/as**, para além da legislação e das amarras contratuais, atuaremos fortemente no sentido de monitoramento efetivo do cumprimento dos contratos, principalmente no sentido das cláusulas laborais. Tem sido frequente, e inaceitável, o atraso de pagamentos. Isso penaliza as/os já mais vulneráveis no trabalho em nossa universidade. Constituiremos, junto com outros setores, um observatório da terceirização na UFRJ, para um levantamento sempre atualizado deste segmento e de suas condições de vida e trabalho. Um canal de diálogo regular será aberto com este segmento e com suas formas de representação.

Nossa universidade possui mais de 60 mil estudantes, um pungente **movimento estudantil** e um histórico de luta por melhores condições de estudo e pela universidade que queremos: socialmente referenciada, de livre acesso, inclusiva e democrática. No último período, enfrentamos uma difícil conjuntura de ataque à educação e às universidades. A partir de muita mobilização e luta com grande participação estudantil, garantimos a democracia no país e a possibilidade na universidade de, em conjunto com todos os segmentos da UFRJ, intensificarmos a luta pela recomposição e

ampliação orçamentária, para aprofundar a democracia universitária e ampliar as políticas de Assistência Estudantil que deem resposta às demandas estudantis.

Nesse sentido, é preciso tratar de eixos fundamentais para aprofundar os direitos estudantis na UFRJ e estreitar os laços da administração central com este segmento, entendendo que para a implementação de todas essas medidas é fundamental a recomposição do orçamento da nossa Universidade.

A escolha de Reitores, por parte da comunidade universitária e sem intervenção do governo federal, bem como a participação estudantil nos espaços de decisão da universidade é parte fundamental da Autonomia Universitária. Por isso defendemos a paridade nas eleições, fóruns e espaços institucionais da universidade, bem como o compromisso com a defesa de **eleições diretas na universidade e o fim da lista tríplice**.

Nos últimos 4 anos, vivemos sob um governo inimigo da educação, que impôs cortes gigantescos à educação pública e aprofundou o sucateamento do Ensino Superior. Consideramos fundamental o fim de diversas medidas impostas nos últimos anos, por isso, defendemos a **revogação da Emenda Constitucional nº 95**, a EC do Teto dos Gastos, a recomposição do orçamento da nossa Universidade com a reversão dos cortes e mais investimentos em educação. Tal reversão poderá viabilizar encaminhamentos de questões estruturais há muito demandadas pelas nossas Unidades e Centros. Obras para reparos emergências, planos de prevenção e combate a incêndio, dentre inúmeras outras, que deverão ser objeto de debate pelo conjunto da Universidade, com o objetivo de se estabelecer prioridades e prazos para a execução das necessárias intervenções.

Um dos temas mais sensíveis e que precisam de atenção central e imediata são as **medidas que visam à permanência estudantil**. Elas são fundamentais para garantir que estudantes pobres possam permanecer na Universidade. Essa é uma prioridade nossa, entendendo que não é possível garantir uma UFRJ democrática e plural sem restaurantes universitários, transporte, moradia, auxílios e diversas políticas de assistência estudantil.

Por isso, nos comprometemos em defender o aumento da verba do Plano Nacional de Assistência Estudantil, mais verbas para o Programa de Assistência Estudantil da UFRJ, visando: reajuste do valor de todos os auxílios, criação de novos Restaurantes Universitários, reformas e aumento das vagas na Moradia Estudantil e expansão da política de moradia para outros campi, ampliação das ações de suporte a estudantes mães e pais, maior aproximação da PR7 com estudantes da Moradia

Estudantil, visando ouvir com frequência as demandas e, junto ao corpo estudantil, definir as medidas prioritárias para garantir melhorias na estrutura, no apoio da DISAE a estudantes moradores/as da “Casa”, mapeamento das demandas de estudantes PCDs para implementar medidas de acessibilidade, maior disponibilidade de intérpretes de Libras a cursos e turmas que apresentarem tal demanda, garantia de intérprete nas atividades e nos espaços institucionais da UFRJ e assumir o compromisso com medidas institucionais para apurar e encaminhar **sanções institucionais aos casos de racismo, machismo, LGBTQIAP+fobia, etarismo, capacitismo** e qualquer forma de opressão e preconceito.

No intuito de aproximar e radicalizar a democracia universitária, instalar o Fórum de Políticas Estudantis deve ser ato prioritário, uma vez que é o espaço de debate, avaliação e construção de ações da assistência estudantil e é, estatutariamente, paritário. A partir deste espaço, conforme prevê a Resolução CONSUNI nº 02/2019, iniciar a **avaliação da Política** de Assistência Estudantil para eventual, e necessária, revisão deverá ser colocada em curso, visto que esta é a primeira política de assistência estudantil implantada, na UFRJ, em quase 100 anos, e estabelecida um ano antes da pandemia de COVID-19, que apresentou novas preocupações e situações a toda a comunidade da UFRJ. A ampla participação discente é fator decisivo para que os necessários ajustes e avanços sejam alcançados, de maneira a aperfeiçoar esta política.

Na mesma linha discutir uma nova composição da **COMPA/PR7**, com maior presença de técnicos/as e estudantes poderá desafogar e agilizar a resposta aos inúmeros recursos referentes aos auxílios da PR7.

Há anos, e principalmente ao longo do último governo, a UFRJ sofre com diversos problemas estruturais. Hoje são uma realidade diversos prédios com estrutura precarizada, falta de laboratórios, falta de rampas e outras medidas de acessibilidade, além da dificuldade de se expandir para outros locais do estado do Rio e de garantir estruturas dignas para as atividades acadêmicas e de assistência estudantil a todos os campi. Por isso, daremos especial atenção às reformas estruturais urgentes em diversos prédios, à regularidade de vistorias frequentes, com um plano de prevenção, para impedir incêndios, à criação de rampas, banheiros adaptados e outras medidas de acessibilidade, à implantação de fraldários nos banheiros, à estrutura definitiva para os Restaurantes Universitários e à melhoria da estrutura de laboratórios e do acervo de bibliotecas.

As ações afirmativas tem sido uma ferramenta essencial para o processo de democratização da universidade. Na UFRJ, precisamos garantir a implantação dessa política em todos os níveis da

educação básicas, da graduação e da pós-graduação. Por isso atuaremos no sentido das cotas trans para o ingresso na universidade (graduação e pós-graduação) e na implementação de todas as modalidades de cotas para os cursos de extensão e editais de bolsas e auxílios.

O **tripé universitário** é um pilar fundamental para a garantia de uma educação de qualidade. Um dos nossos princípios é a valorização do ensino-aprendizagem, da ciência e da ligação entre Universidade e demais setores da sociedade. Por isso, é preciso atuar no sentido do incentivo às aulas externas e práticas e da disponibilização de transportes para as aulas de campo, da construção de calendários acadêmicos de forma democrática com o conjunto de estudantes, da ampliação do quantitativo das bolsas de pesquisa e extensão, do aumento do valor destas, do caráter popular da extensão universitária, visando aproximar mais projetos de extensão da UFRJ, de fomentar e prover apoio às ações de extensão existentes em nossa Universidade e da realização de mais eventos acadêmicos que disponibilizem horas complementares (ACC), principalmente no turno noturno.

Aspecto que demanda especial atenção é a definição de **Extensão Universitária**, em disputa pelos setores do Ensino Superior, e que se encontra estabelecida na Política Nacional de Extensão Universitária, de 2012. Divulgar este documento e estimular o debate entre as diferentes concepções de Extensão é fundamental para que se garanta o equilíbrio entre Ensino, Extensão e Pesquisa, bem como se estabeleça um consenso sobre o entendimento, para a UFRJ, do que é, e do que não é, Extensão Universitária. Neste diapasão, pacificar as relações entre os colegiados acadêmicos é tarefa urgente.

Para tanto, uma atuação mais próxima e dialógica da Pró-Reitoria de Extensão (PR5), bem como do **Conselho de Extensão Universitária** (CEU) será crucial, no sentido de harmonizar as discussões e construir os necessários consensos para que a Extensão seja efetivamente entendida como parte dos processos formativos do corpo social da universidade e não um empecilho, ou um “penduricalho”, à vida acadêmica, em especial de docentes. Ampliar e fortalecer os elos entre a Universidade, o Estado e os municípios onde temos campi e seus vizinhos, são ponto chave na busca para se atender às metas da Agenda 20-30.

A **tradição extensionista** da UFRJ deve ser fortalecida, com as realização de eventos de diversas montas, desde os pequenos, realizados pelas Unidades, até os de grande porte, como a Semana de Integração Acadêmica (SIAC) – envolvendo a Pró-Reitoria de Graduação (PR1), a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR2) e a Pró-Reitoria de Extensão (PR5) –, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) e o Conhecendo a UFRJ – que mobiliza o Ensino Médio de todo o

Estado, em especial, estudantes do terceiro ano, e abre as portas da Universidade, principalmente, para as Escolas Públicas e apresenta a UFRJ como real possibilidade para jovens, ao final da Educação Básica.

Será preciso rever a nossa forma de encaminharmos os debates sobre bolsas estudantis, refletirmos sobre a adoção de políticas tanto de ampliação quanto da possibilidade de diversidade, de forma a permitir a alteração da estrutura representativa da instituição. Ainda neste tópico promover um aprofundamento da democracia universitária, de modo a garantir **novas formas de debate** que antecedam as grandes decisões. Dentre possíveis mecanismos a serem adotados, consultas, referendos e/ou plebiscitos junto à comunidade face aos grandes temas que envolvam o corpo social, como, por exemplo, no presente momento, o projeto de valorização dos ativos da UFRJ e a EBSEH.

Ao mesmo tempo, a democratização pode ser feita através de instrumentos já existentes que, combinados com as discussões do primeiro tópico, possam ser canais de debates políticos. Cita-se, por exemplo, a **retomada da plenária de decanos e diretores** como espaço de construção de consensos nos grandes temas da universidade e não somente espaço de informes da administração central. Indo mais adiante, a criação de uma plenária com a participação de todos os CAs e o DCE de modo que a reitoria seja capaz de dar vazão às demandas estudantis, bem como torná-los partícipes dos debates gerais da universidade. É preciso, por outro lado, retomar e aprofundar o diálogo com as representações de trabalhadores/as técnico-administrativos/as.

Outro aspecto imprescindível é darmos prosseguimento à **incorporação e fortalecimento do Campus UFRJ Duque de Caxias Professor Geraldo Cidade** e do **Centro Multidisciplinar UFRJ – Macaé**. Por fortalecimento entendemos como uma possibilidade, por exemplo, ter um pró-reitor oriundo de um desses dois espaços, que deverá se somar a uma composição que se atente para a diversidade e equidade raça e gênero, sempre com foco na obtenção de espaços substantivos para tais segmentos.

Em relação à Macaé, com a devida implantação do Centro Multidisciplinar, são de suma importância, garantir a adequada e equânime representação nos colegiados superiores, hoje, inferior às demais Decanias. Também na perspectiva de fortalecimento do Centro, viabilizar a execução dos projetos, há muito esperados, de construção do Restaurante Universitário e da quadra poliesportiva é dar dignidade e qualidade para a permanência de todo o corpo social macaense.

Estreitar os laços com a Prefeitura Municipal de Macaé, no sentido de ampliar as possibilidades de estágio curricular para o corpo discente deste Centro é central, visto que é um dos motivos já identificados de retenção de estudantes nas graduações nesta localidade.

Todo o processo acima exposto deverá visar **uma ruptura de paradigma no interior da nossa universidade**. Nos últimos 10 anos muitas transformações ocorreram. São aproximadamente 60% de estudantes pobres ou negros. O quadro dos trabalhadores técnico-administrativos também passou por profunda renovação e transformação, sendo muitos desses trabalhadores com alto preparo para o desempenho de suas funções, sendo que 30-40% são pessoas negras.

Não menos importante foi a mudança no **corpo docente** que, neste mesmo período, se renovou ou teve um aumento em mais de 50%, fruto do REUNI e da renovação natural do quadro através de aposentadorias e falecimentos.

Se somarmos às mudanças promovidas no âmbito federal, mais o impulso que nos leva a defender uma universidade socialmente referenciada, sustentada em um ensino público, gratuito, de qualidade e laico, visando também alta qualidade da pós-graduação e um diálogo permanente com a sociedade, especialmente com os movimentos sociais, temos pela frente a necessidade de rompermos com o paradigma atual em que nos encontramos.

É preciso adotar **políticas de incorporação de grupos vulneráveis** à graduação e à pós-graduação. Neste sentido, fazem-se necessários debates em torno de política para pessoas travestis e trans, quilombolas. É preciso debater os currículos, que devem espelhar, por exemplo, a valorização dos direitos humanos, o respeito ao meio ambiente e as relações étnico-raciais.

É preciso uma proposta de extensão que vise fortalecer e ampliar o diálogo com os nossos entornos, respeitando-se a finalidade pública da universidade.

Na graduação, é fundamental aprofundar o tema da **orientação acadêmica**, de modo a fortalecer as estruturas já existentes: Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) e Corpo de Professores Orientadores (CPO), em todas as unidades e cursos. A consolidação dessas esferas, com efetiva participação do corpo docente dos cursos, é ponto central para que a UFRJ possa buscar a redução de índices de retenção e evasão. Da mesma forma, reforçar as equipes e os equipamentos das secretarias acadêmicas é fulcral para melhorar as condições de trabalho dos/as servidores/as destes setores e, conseqüentemente, o atendimento ao corpo discente, que poderá ter suas demandas mais rapidamente acolhidas.

Tema de grande importância e onde a UFRJ deve atuar decisivamente é nos debates nacionais sobre a **revogação do Novo Ensino Médio**, que radicaliza diferenças entre os sistemas de ensino, sobre a BNCC, base sobre a qual o Novo Ensino Médio foi estruturado e que reduz o entendimento da Educação Básica a uma concepção utilitarista e acrítica, e a BNC-Formação, umbilicalmente ligadas e que tornam a formação de professores/as rasa, pouco crítica e mecânica.

O **Complexo de Formação de Professores** e os projetos relacionados a esta temática devem buscar articulações junto às demais IFES, no sentido de aprofundar o debate junto às bases e atores e atrizes diretamente interessados e envolvidos na questão, quais sejam, professores/as da educação básica, estudantes do ensino médio, cursos de formação de professores, pós-graduações ligadas à educação, dentre outros. Toda a legislação educacional pós-golpe de 2016 deve ser alvo de, ao menos, revisão, quando não de revogação, como nos casos já expressos acima. Destaca-se, ainda, que a legislação referente à formação de professores/as, de 2015, fruto de acúmulos de longos debates com grande parte da comunidade escolar, foi alterada antes que se completasse o primeiro ciclo de formaturas, o que inviabiliza qualquer possibilidade de avaliação consistente da política então implantada. Neste diapasão, retomar os debates e as políticas pré-golpe é imperativo, para que se busquem reais avanços, no sentido de alcançar o ideal de educação básica na sua compreensão mais profunda, para toda a população.

Há, ainda, que se buscarem formas de **fortalecer e estimular a formação de professores/as da Educação Básica**. Nesta perspectiva, estudar a possibilidade de novos programas de bolsas acadêmicas para licenciandos, além de políticas de assistência estudantil específicas para este grupo, também devem estar na agenda da nova Administração Central.

A Educação Básica na UFRJ carece de grande atenção e cuidado. A inserção da Educação Infantil no **Colégio de Aplicação** precisa avançar, em especial, no que diz respeito ao adequado local para que as crianças possam permanecer, sem gerar maior preocupação aos/às responsáveis. É necessário o estabelecimento de um local definitivo para a Educação Infantil, com segurança e instalações pensadas para crianças de menos de 6 anos, além de uma eventual ampliação da capacidade de atendimento. Contudo, tal ampliação depende não somente de um espaço adequado, mas de uma considerável ampliação do quadro docente do CAp, que sofre, há anos, com um contingente de professores/as insuficiente para atendimento da demanda existente, destaque-se, aqui, a crescente necessidade de acompanhamento específico para estudantes com deficiências, síndromes e/ou altas habilidades, que agravaram esta insuficiência.

O Colégio de Aplicação precisa ser entendido dentro de suas especificidades e deve ter **vagas para docentes** avaliadas com critérios próprios, diversos dos estabelecidos para os cursos de graduação, visto que a urgência do atendimento a crianças e jovens é de outra monta, sem que haja qualquer diminuição da necessidade de ampliação dos quadros docentes das demais unidades acadêmicas.

Buscar recursos para a construção da **sede definitiva do Colégio de Aplicação**, na Cidade Universitária, onde será reunida toda a Educação Básica, do Infantil ao Médio, com cozinha para adequada alimentação deste público, espaço amplo e coberto para práticas físicas, dentre outras demandas históricas, deve ser tarefa prioritária, ainda se considerando o papel do CAp na formação de professores/as, sendo campo de experimentação de licenciandos/as de todas as áreas. Tal realização poderá, também, ampliar a oferta de vagas no Colégio.

A **questão docente**, como a de outros segmentos, não tem sido tratada a contento na UFRJ. A sobrecarga de trabalho tem sido uma frequente. Além do esforço e dedicação necessários na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, temos o excessivo peso do trabalho administrativo. E tudo isso com métricas, avaliações e relatórios constantes, sem que as condições oferecidas sejam as melhores. Para piorar o quadro, a reitoria fez uma proposição para alteração das sistemáticas de progressões e promoções dos docentes da Carreira de Magistério Superior, que foi aprovada pelo CONSUNI. A proposição aprovada, a partir de uma leitura particularíssima da lei, sob muitos aspectos violando preceitos legais, não leva em conta os atropelos da burocracia e da vida, que estão para além do controle docente, retira direitos da categoria ao definir que o acesso aos direitos da progressão ou promoção dar-se-á apenas após a data da avaliação e não mais quando completado o interstício. Neste sentido, a UFRJ acaba por associar-se às políticas de governo as quais, nos últimos anos, vêm atacando diretamente servidores/as públicos/as, precarizando consideravelmente suas condições de trabalho.

Há, ainda, a questão da necessária ampliação do **quadro docente**, que precisa acompanhar a expansão vivida pelas universidades ao longo da última década. A Câmara Mista deve estabelecer critérios para a contratação de docentes na perspectiva do crescimento do contingente de professores/as atuantes na UFRJ. A Comissão Temporária para Alocação de Vagas (**COTAV**) precisa discutir mais do que a mera reposição das vagas ociosas, fundamental, mas insuficiente, hoje. Redimensionar o quadro docente é urgente, tendo em vista a sobrecarga de trabalho, as crescentes demandas acadêmicas, a pressão por produtividade e as constantes avaliações, internas e

externas. Debater o perfil docente, as eventuais novas expansões e as condições de trabalho são temas indispensáveis para a estruturação da universidade neste século.

A **pós-graduação** deve ser o lócus de grandes transformações, de fortalecimento da pesquisa e da expressa disposição para a equidade entre as áreas. Assim, é preciso fortalecer e acompanhar a implantação das novas políticas de cotas para acesso, políticas de cotas nas bolsas de pesquisa etc.

Atuaremos no sentido não apenas da ampliação das oportunidades, mas também da **qualidade da formação oferecida a pós-graduandos**. A universidade precisa estar atenta com a demanda social por profissionais, mestres/as e doutores/as com formação de qualidade para atuarem em um mundo em rápidas e profundas mudanças.

Um espaço importante nesta direção são estímulo, manutenção e ampliação da construção de **cooperações científicas, nacionais e internacionais**, com grupos e centros de pesquisa, tanto emergentes quanto sênior, garantindo transversalidade nas trocas institucionais, entre pesquisadores e núcleos.

A produção de conhecimento deve estar no centro do processo formativo, neste sentido, é preciso garantir o fortalecimento das atividades voltadas à pesquisa. Para tanto, atuaremos no sentido de ampliar de forma qualificada a produção científica, ampliando investimentos em produção tecnológica inovadora. A UFRJ deve assumir seu papel protagonista na **inovação**, entendida aqui em seu sentido mais amplo e generoso, que inclua a inovação social, incorporando as formas sociais que tem contribuído significativamente na melhoria da vida de nossa população. Em todos os seus sentidos, a inovação precisa objetivar a transformação social, o desenvolvimento, a inclusão.

Dentro do sistema universitário e redes institucionais, atuaremos fortemente, nos níveis municipal, estadual e federal, participando de todos os fóruns universitários e científicos, sempre no sentido da defesa da efetivação de **políticas de fomento e em prol da universidade pública**, gratuita, laica e de qualidade. Esta participação, com tal orientação, nos possibilitará auxiliar direta e indiretamente no debate e na formulação de políticas públicas nas mais variadas áreas de conhecimento existentes na UFRJ.

Dar pertencimento e acolhimento a estudantes de pós-graduação deve ser entendido e assumido como política de permanência. Para tanto, dentre outras ações, estabelecer canais de escuta e acolhimento de pós-graduandos e, a partir desta iniciativa, tomar atitudes assertivas contra o **assédio**

é aspecto de fundamental importância para se garantir o melhor desenvolvimento das pesquisas e dos trabalhos acadêmicos associados à pós-graduação. Outro aspecto central é a ampliação de ações de assistência estudantil, iniciadas em 2019, com destinação de auxílios específicos para este público.

A partir da aprovação da abertura de tratativas junto à **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)**, faz-se necessário que a mesma apresente proposição formal de convênio para todo o Complexo Hospitalar da UFRJ, sem o qual, não há possibilidade de se continuar o debate para eventual adesão, por parte da UFRJ. Neste sentido, cabe ressaltar que não há obrigatoriedade de adesão à EBSERH, fazendo-se necessária uma efetiva avaliação do quadro dos Hospitais Universitários, em todo Brasil, mais de uma década após o advento da empresa pública. Há relatos de interferência no processo de contratação de servidores e servidoras, nos procedimentos acadêmicos com prioridade para o caráter assistencial dos HUs sob a EBSERH.

Neste ponto promover um aprofundamento da democracia universitária, de modo a garantir novas formas de debate que antecedam as grandes decisões. Dentre possíveis mecanismos a serem adotados, consultas, referendos e/ou plebiscitos junto à comunidade poderão dar ao corpo social da Universidade o poder de efetivamente inferir em decisão tão fundamental para o futuro da UFRJ.

Nosso compromisso, respeitando a decisão do Consuni, é promover um amplo e democrático debate com o conjunto da universidade, onde será ouvida toda a comunidade universitária. Neste processo defenderemos nossa já conhecida opinião contrária à assinatura de contrato. Mas este debate só fará sentido se a empresa apresentar uma proposta para todas as unidades do complexo hospitalar. Até lá a UFRJ deve buscar soluções para nossas unidades hospitalares de ensino. Acreditamos que temos acumulados conhecimento e massa crítica para tal.

Quanto à **cessão da área do campus Praia Vermelha**, faz-se necessário dar publicidade a toda a documentação relativa ao projeto de valorização de ativos imobiliários da UFRJ, uma vez que, até o final de 2022, somente fora aprovado, em 2018, o estudo de viabilidade econômica de diversas áreas da UFRJ, dentre as quais, parte da Praia Vermelha, diversos terrenos na Ilha do Fundão e o imóvel localizado à Praça da República, nº 22. Os resultados dos estudos não foram tornados públicos, houve aditivos que incluíram pavimentos do Edifício Ventura e retiraram grande parte do que havia sido proposto, inicialmente. Não se trata, aqui, de acatar o que vier a se tornar público, mas iniciar as discussões, junto a todo o Corpo Social da UFRJ, sobre o que deveria, ou não, ser feito, a partir dos resultados das prospecções realizadas pelo consórcio contratado via BNDES. Uma

vez que a cessão está assinada, cabe que os termos da contratação sejam tornados públicos e que a Universidade possa deliberar sobre os encaminhamentos a serem dados a partir de então. Qual área será ocupada pelo “equipamento cultural”? Que áreas da Praia Vermelha serão impactadas direta e indiretamente? Quem fará a interlocução entre a comunidade acadêmica que produz atividades culturais e a empresa? Os termos que delimitam os tempos e espaços de uso estão fechados? Há espaço para mediações e negociações? Em que medida atividades acadêmicas poderão ser realizadas no espaço? Como os cursos de Artes poderão ser favorecidos por este equipamento? Quais serão as políticas de acesso da comunidade universitária às atividades culturais do equipamento?

O Fórum de Ciência e Cultura (FCC) não é um departamento ou órgão do Gabinete do/a Reitor/a. Ele não deve ter a cara da Reitoria ou de quem o coordena, uma vez que faz parte da estrutura média da Universidade, que tem um formato e objetivos próprios, tal qual acontece com os Centros Universitários, que se encontram no mesmo nível administrativo.

O FCC deve ser o lugar do duplo encontro: encontro da UFRJ consigo mesma, onde disciplinas e campos de conhecimento os mais diversos convergem, onde ciência, tecnologia, cultura e arte conversam. Ele deve ser prolongamento da vida e da prática universitárias, prolongamento, este, que não pode ser mera réplica do que já se faz nas unidades, departamentos, laboratórios de pesquisa e grupos artísticos e culturais ou projetos de extensão. Um espaço-tempo que permite escapar às determinações departamentais, curriculares, normativas, para se tornar livre em experiência cognitiva, investigativa, sensitiva, comunicacional e dialógica. Encontro da UFRJ com a sociedade, onde se instaura o diálogo de saberes acadêmicos e saberes populares e tradicionais. Diálogo também com movimentos sociais, organizações não governamentais, num esforço conjunto com demais universidades públicas para levar a universidade à vida da cidade e a vida da cidade para dentro da UFRJ.

Neste sentido, no âmbito do FCC, trabalharemos pela **institucionalização e democratização do FCC** e de seus órgãos. Aprovação de regimentos que assegurem aos órgãos do FCC a eleição de seus dirigentes. Fortalecimento do Conselho Diretor. Em termos de **Política Cultural e Artística** atuaremos na direção do Resgate e implementação das políticas aprovadas pelo Conselho Universitário em 28 de agosto de 2014 e em 12 de janeiro de 2016. Retomada do PROART (Programa de Apoio às Artes), com fomento aos Grupos e Projetos Artísticos de Representação Institucional (GARINs-PARINs) e bolsas PROART. Fortalecimento do **Fórum Interuniversitário**

de Cultura do Rio de Janeiro (FIC) e promoção dos Festivais Interuniversitários de Cultura (FEST-FIC).

O **Museu Nacional**, após o incêndio de setembro de 2018, deve ter todo o suporte para o pleno desenvolvimento do Projeto Museu Nacional Vive, que conduz o processo de reconstrução desta unidade. Ao final da reconstrução, o Palácio de São Cristóvão deverá ser local exclusivo de exposições e atividades educativas museais, uma vez que as atividades administrativas, de pesquisa e de ensino deverão ser alocadas em novas instalações no Campus de Pesquisa e Ensino, atendendo à antiga demanda da Unidade.

Garantir boa relação com as instituições do Projeto Museu Nacional Vive, demanda constante troca entre UFRJ e os gestores do Projeto, neste sentido, faz-se necessária a nomeação de interlocutor/a, em comum acordo com a direção do MN, bem como atuação articulada da Reitoria nos espaços decisórios do Projeto, de maneira a garantir os interesses institucionais.

Ainda, em relação ao Museu Nacional, manter diálogos sobre a eventual alteração de localização da unidade na estrutura da UFRJ, em função de suas características específicas e de maneira que ela possa ter maior representatividade.

No âmbito do FCC, várias outras iniciativas serão tomadas. No caso da **Universidade da Cidadania (UC)**, vinculada ao FCC, trabalharemos na reconstrução, ampliação e consolidação do órgão, criado em 2018, com o resgate do diálogo de saberes, da participação democrática de movimentos populares e organizações da sociedade civil na direção e eleição de dirigentes. Promoção de programas, projetos e iniciativas inspiradas na pedagogia do oprimido de Paulo Freire. Ampliação da participação de grupos e coletivos da UFRJ, de outras universidades e da sociedade civil.

Trabalharemos pela consolidação do **Sistema de Museus, Acervo e Patrimônio (SIMAP)**, criado em 2018, com política e recursos para a recuperação, manutenção e promoção dos prédios históricos e do patrimônio material e imaterial da UFRJ. Fortalecimento das ações para recuperação do Museu Nacional e seus acervos. Apoio aos museus e centro de memória de centros e unidades. Fortalecimento e apoio à recuperação e expansão da Casa da Ciência.

Atuaremos no sentido do fortalecimento do **Sistema de Informação e Bibliotecas (SiBI)**. Atualização e manutenção dos acervos de bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e pós-graduação. Adequada manutenção e atualização das bases tecnológicas.

Construções, reformas e melhorias dos espaços das bibliotecas, com adequação das instalações físicas e capacitação das bibliotecas para atender pessoas com deficiências. Equipamentos de segurança e preservação de coleções de obras raras. Participação dos Centros na definição de políticas e diretrizes de informação e bibliotecas. Valorização de bibliotecários/as.

No caso do **Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE)**, trabalharemos pelo fortalecimento das cátedras e suas atividades de pesquisa e difusão de conhecimento, pela promoção de disciplinas de graduação e pós-graduação de caráter pluri-interdisciplinar para estudos de todos os cursos da UFRJ. Daremos apoio e fomento a cátedras e projetos através de seleção qualificada a partir de editais públicos, bem como atuaremos na democratização do CBAE e participação dos centros e unidades na definição de políticas, temáticas e atividades do CBAE.

Se comparamos com outras universidades públicas, constatamos que a **Editora da UFRJ** está muito aquém do tamanho da UFRJ e de sua produção científica. Ademais, a Editora está longe de expressar e refletir nossa diversidade. Impõe-se ampliar a participação e engajamento dos Centros e Unidade na definição de políticas editoriais que, mais além da edição de livros, pode e deve avançar na publicação por meios eletrônicos e no apoio a nossos periódicos científicos.

A atuação no sentido da área de **Rádio e TV** dar-se-á pelo resgate da concessão de FM através de renegociações com a EBC e Ministério das Comunicações, que nos asfixiaram sob Bolsonaro. Pelo resgate dos equipamentos já adquiridos e novos investimentos para dotar o Núcleo de Rádio e TV de instalações e bases técnicas adequadas. Pela democratização da gestão com eleição dos dirigentes e, nos termos da legislação de radiodifusão, um Conselho Curador independente e atuante, bem como Ouvidoria própria, com efetiva e diversa participação da sociedade civil. Uma rádio que não seja canal oficial da Reitoria, com autonomia acadêmica e jornalística, que promova ampla participação de professores/as, estudantes e técnico-administrativos/as na produção de conteúdos, em diálogo e colaboração com movimentos populares e rádios comunitárias.

No âmbito da **Prefeitura Universitária (PU)** é de suma importância reestruturar e redimensionar os contratos sob sua gestão direta. Realocá-los para a Pró-Reitoria de Gestão e Governança (PR6), deixando sob a responsabilidade da PU, apenas a fiscalização e supervisão, é uma possibilidade de diminuir a sobrecarga da equipe local, além de, em centralizando todos os grandes contratos na PR6, dar-se-á maior fluxo e a mesma política de gestão será estabelecida para todos estes contratos.

Também no escopo da PU, manter boas relações com as esferas municipais dos campi onde temos Unidades, bem como com o governo do Estado, para que as **políticas públicas** das quais dependemos sejam adequadamente implantadas nas áreas sob a administração da UFRJ.

No campo de Tecnologia da Informação e Comunicação, a UFRJ possui deficiências que precisam ser encaradas e que demandam mais do que trabalhadores/as qualificados/as, que possuímos, mas de equipamentos adequados, como servidores e conexões de redundância, para garantir adequados armazenamento e transmissão de dados, com baixo risco de perda de material e interrupção das linhas. Para tanto, é preciso que se dimensionem equipamentos com custos de aquisição e manutenção coerentes com a realidade orçamentária da UFRJ, uma vez que se vislumbra uma adequação do orçamento federal para as IFES.

Há ainda o debate relativo à **internacionalização** da UFRJ, onde é fundamental que sejam mantidos, reforçados e ampliados os convênios existentes. Fortalecer as possibilidades de intercâmbio para o corpo social, com busca por fomento específico, na linha do que foi estabelecido em ações hoje extintas, como o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Um aspecto fundamental da internacionalização de nossa Universidade é buscar estreitar laços com instituições da América Latina e da África, buscando fugir da lógica eurocêntrica e das universidades estadunidenses.

A **Comunicação produzida pela UFRJ** deve se pautar pelo interesse público e pelo respeito à diversidade existente nesta universidade. Neste sentido, nossa gestão terá a preocupação em promover um amplo debate com toda a comunidade universitária sobre uma Política de Comunicação ampla, democrática, dialógica e inclusiva.

Esta política deve ser baseada numa **Comunicação Pública**, que tenha como norte a defesa da universidade pública, gratuita, laica, autônoma, diversa e de qualidade. Precisa estar atenta a todos os seus públicos, não apenas transmitindo informações da administração central, mas preocupada no fluxo da comunicação, exercitando a escuta e demandas de seu público interno e externo.

Essa Comunicação precisa, principalmente, considerar a interseccionalidade existente na universidade, considerando horizontalmente os aspectos de classe, raça, gênero e etnia, evitando reproduzir internamente as desigualdades existentes na comunicação hegemônica praticada pelos grandes meios de comunicação privados.

É urgente que **contemple igualmente** todos os segmentos existentes na UFRJ: servidores docentes, técnico-administrativos/as, estudantes e trabalhadores/as terceirizados/as. Também que esteja atenta a todas as ações de ensino, pesquisa e extensão produzidas nas unidades, centros e órgãos suplementares e não privilegie aqueles com capacidade de atrair mais recursos financeiros e, conseqüentemente, atenção dos veículos de imprensa.

Por fim, mas não menos importante, a Comunicação produzida na UFRJ precisa resgatar a importância da universidade pública e colocá-la num lugar de **protagonismo** em uma sociedade que se pretende mais justa, democrática e que promova a dignidade humana de seus cidadãos.

A **ruptura do atual quadro** passa pelo entendimento de que não é possível proceder com as transformações com o que nos é apresentado hoje que, respeitosamente, significa uma dada tradição de universidade, o que denota a reprodução do *status quo* vigente nestes 103 anos de instituição.

Eles não representam as saídas e respostas aos desafios éticos, políticos, sociais e de perspectiva futura que a UFRJ precisa, conectando-a, portanto, aos anseios da maioria da população, significando isto uma perspectiva referenciada de universidade.

Uma universidade atenta e ciente do seu papel no campo da ciência e da tecnologia e da produção de conhecimento deve combinar a leitura da realidade, respeitando o meio ambiente, defendendo a democracia, mas, sobretudo, visando melhorar as condições de vida de sua população, possibilitando o desenvolvimento humano. Mas estas **transformações devem combinar o externo e o interno**.

Não existe a possibilidade de falarmos de **democracia, democratização, cidadania, direitos humanos, antirracismo, antiLGBTQIAP+fobia, antigordofobia e anticapacitismo** sem que isso se torne uma prática interna. Mas a prática significa sair do discurso e se tornar ação concreta.

Portanto, estas questões não estão longe de nós, somos parte da sociedade. Desta maneira, é preciso fazer uma leitura refinada do estado da arte do nosso corpo social com os desafios do tempo presente. Desafios estes voltados para a necessidade de representatividade e da diversidade, relações democráticas autênticas e sinceras; protagonismos dos novos sujeitos históricos no interior da instituição.

A UFRJ precisa recuperar seu **espaço de protagonismo no sistema federal universitário**, sendo lócus de experimentações progressistas, mas também de liderança, organização e mobilização. Não se pode apenas lidar com as questões relativas à universidade simplesmente com apelos de mídia, isolados e distanciados de outras possibilidades de articulação dentro do sistema universitário, em detrimento da articulação e mobilização do corpo social em apoio às políticas de interesse da universidade pública. Para tanto, a reitoria precisa estar conectada e lastreada no mundo real da vida universitária. Questionar as nomeações de interventores conduzidas pelo governo anterior, fortalecer a Andifes e seus fóruns temáticos, provocar debates e pautar avanços do arcabouço legal do Ensino Superior é o que se espera da maior e mais antiga Universidade Federal do Brasil.

Diante do exposto, o movimento **Redesenhando a UFRJ** surge da necessidade do diálogo, da democracia inclusiva e participativa, da capacidade generosa e fraterna de ouvir o outro, de conhecer nossas diferenças e de saber que a forma de tratá-las não faz do interlocutor o “inimigo” a ser derrotado. De observar e compreender a diversidade e a complexidade de uma Instituição com a história e as dimensões da UFRJ. Em estruturar as relações entre as diferentes categorias do nosso corpo social e profissional, sem falsas hierarquias e subordinações e na perspectiva democrática, benevolente e justa.

Na nitidez do nosso papel histórico e do nosso compromisso institucional, na construção das políticas que o país espera e necessita.

Vamos Redesenhar a UFRJ!

Redesenhar a UFRJ é recuperar o diálogo e trazer todo mundo!